

Parecer Jurídico do Projeto

Lei nº 056 de 09 de novembro de 2021

Ementa: “Dispõe sobre a desafetação dos Sistemas de Lazer: 1 e 2 do Loteamento “Jardim Santa Lúcia”; 1 do Loteamento “Jardim Bela Estância”; 3 do Loteamento “Nova Estância” e dá outras providências.

Relatório

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 056/21 de autoria do Sr. Prefeito João Filipe Muniz Basilli, que dispõe acerca da autorização para desafetação dos sistemas de lazer: 1 e 2 do Loteamento Jardim Santa Lúcia, 1 do Loteamento Jardim Alvorada”, 2 do Loteamento Jardim Bela Estância, 3 do Loteamento Nova Estância.

É o breve relato dos fatos.

Do Direito

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência do Executivo assegurados ao Município, insculpidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas demais leis vigentes.

Primeiramente insta esclarecer que o artigo 30 da Constituição Federal, estabelece a competência privativa do Prefeito Municipal para legislar a respeito de assuntos de interesse local.

Cabe explicar que o Código Civil Brasileiro conceitua os bens públicos como sendo aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, fazendo ainda uma divisão tripartite, classificando-os em três diferentes espécies, vejamos:

“Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”

Art. 99. São bens públicos: I – Bens de uso comum do povo: mares, rios, estradas, ruas, praças; II – Bens de uso especial: edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento Federal, Estadual ou Municipal, inclusive de suas autarquias (ex. hospitais e escolas); III– Bens dominiais: que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Assim, o critério desta classificação é o da destinação ou afetação dos bens, pois todo bem público possui sua destinação de acordo com o seu uso e utilização.

Neste sentido, é o que conceitua José Cretella Júnior, os institutos da afetação e desafetação:

“é o instituto de direito administrativo mediante o qual o Estado, de maneira solene, declara que o bem é parte integrante do domínio público. É a destinação da coisa ao uso público. A operação inversa recebe o nome de desafetação, fato ou manifestação do poder público mediante o qual o bem público é subtraído à dominialidade estatal para incorporar-se ao domínio privado do Estado ou do particular.” (CRETELLA JR, José. Curso de Direito Administrativo. 7.ed. Rio de Janeiro, 1983) (grifos nossos).

Dessa forma, a afetação é a atribuição a um bem público, de uma destinação específica, podendo ocorrer de modo explícito ou implícito.

De modo contrário, a desafetação, objeto do presente projeto de Lei, é a alteração de destinação do bem. Sendo que, normalmente a desafetação visa a incluir bens de uso comum do povo ou bens de uso especial na categoria de bens dominicais para possibilitar a alienação. A desafetação também pode advir de maneira explícita, como no caso de autorização legislativa para venda de bem de uso especial, na qual está contida a desafetação para bem dominical, ou decorre de conduta da Administração.

Portanto, no caso em tela, não existe nenhum óbice jurídica para a desafetação, pois conforme demonstrado no Projeto Lei, os sistemas de lazer já foram desafetados a aproximadamente 37 anos e até o momento não foram utilizadas para o fim que se destinavam.

Conclusão

Por todo o exposto, em atendimento à solicitação de PARECER da Presidência da Câmara dos Vereadores da Estância Climática de Caconde a esta Assessoria Jurídica, venho por meio desta pelos fundamentos já estampados neste Parecer Jurídico, OPINAR da maneira que segue:

- A) Opino pela constitucionalidade e legalidade da tramitação, em atendimento aos preceitos regimentais do processo legislativo;
- B) Opino pela regular tramitação do presente Projeto de Lei, cabendo ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

Importante salientar que a emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste

parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo, que ora submeto, à apreciação das Comissões competentes.

Caconde-SP, 29 de novembro de 2021.

Mayara Monteiro Miranda

OAB/SP 439.724